

# **VIDAS NEGRAS IMPORTAM? O NÃO RECONHECIMENTO DE LUTOS POR MORTE DE INDIVÍDUOS NEGROS NA SOCIEDADE BRASILEIRA: UM OLHAR SOBRE LUTO E RAÇA NO PAÍS.**

## **BLACK LIVES MATTER? NON-RECOGNITION OF MOURNING FOR DEATH OF BLACK PEOPLE IN BRAZILIAN SOCIETY: A VIEW OF MOURNING AND RACE IN COUNTRY.**

Fernanda Pereira Vericimo de la Torre<sup>1</sup>  
Cibele Martins de Oliveira Marras<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O presente trabalho objetivou fazer um paralelo entre luto não reconhecido e raça no Brasil. Pensar o luto não reconhecido através da perspectiva de raça e da população negra brasileira correlacionando os conceitos. Compreendendo que o marcador de raça é um fator relevante ao processo de luto, levando em consideração as questões atreladas a vivência de pessoas negras no Brasil, buscou-se compreender como ser e morrer negro no Brasil poderia influenciar a vivência do pesar. Para isto foi realizada uma revisão integrativa de literatura das temáticas sobre luto, raça no Brasil e negritude. O método optado para a melhor elaboração desta pesquisa foi através de uma pesquisa qualitativa em uma revisão integrativa de literatura, onde levou-se em consideração estudos pertinentes nas temáticas de lutos não reconhecidos, raça, aspectos sociais, políticos, econômicos, histórico e culturais relacionados a raça negra no Brasil.

**Palavras-chave:** Luto, Luto Não Reconhecido, Raça, Raça no Brasil, Negro, Negros no Brasil.

### **ABSTRACT**

The present work aimed to make a parallel between disenfranchised grief and race in Brazil. Thinking about disenfranchised grief through the perspective of race and the Brazilian black population, correlating the concepts. Understanding that the race marker is a relevant factor in the grieving process, considering the issues linked to the experience of black people in Brazil, we sought to understand how black people being and dying in Brazil could influence the experience of grief. For this, an integrative literature review was carried out on the themes of mourning, race in Brazil and blackness. The method chosen for the best elaboration of this research was through qualitative research in an integrative literature review, where relevant studies were considered on the themes of disenfranchised grief, race, social, political, economic, historical and cultural aspects related the black people in Brazil.

**Keywords:** Grief, Disenfranchised Grief, Race, Black people, Race in Brazil, Black People in Brazil.

<sup>1</sup> Fernanda Pereira Vericimo de la Torre, Autora. Aluna do curso de Ações Terapêuticas para Situações de Luto, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

<sup>2</sup> Cibele Martins de Oliveira Marras, Orientadora, Professora convidada do curso de Ações Terapêuticas para Situações de Luto, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

## INTRODUÇÃO

O Brasil de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é um país que identifica mais de 50% da sua população com pessoas autodeclaradas pretas e pardas, de acordo com o padrão de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua-PNAD (2021).

De acordo com a pesquisa finalizada mais atual (pois nova amostragem encontra-se andamento no referente ano de 2022), o IBGE traz como resultados analisados em 2021 o percentual de 43,0% pessoas autodeclaradas como brancas, 9,1% pessoas pretas e 47,0% de pessoas pardas, somando assim 56,1% pessoas negras. (IBGE, 2021).

Como ponto de partida, a compreensão racial da formação do nosso país até os dias hoje e as implicações da raça na nossa história, cultura e vivências em sociedade, este trabalho buscou perceber a forma na qual o luto é vivenciado a partir do contorno da raça como um fato importante para o entendimento deste processo e buscando olhar para o não reconhecimento destes lutos a partir da compreensão de luto não reconhecido proposta por Kenneth J. Doka.

Sendo assim, os primeiros pontos que foram esmiuçados para maior assimilação foram as definições de luto e luto não reconhecido, trazendo a conceituação de alguns autores para nortear a compreensão deste fenômeno tão complexo que é o processo do luto especificamente decorrente da ruptura de um vínculo através da morte.

Na sequência o trabalho buscou contextualizar o que é raça no Brasil, como a compreensão deste elemento faz parte da definição de uma identidade não só pessoal, individual na biografia que cada sujeito, mas também como na história da construção deste país a raça é um fator tão determinante e importante de ser percebido e olhado.

No capítulo seguinte o trabalho teve como propósito fazer a ligação dos aspectos anteriormente pontuados sobre lutos não reconhecidos e a raça no contexto brasileiro. Olhando para as definições norteadoras dos lutos não legitimados e olhando para a população negra do Brasil, abrangendo a compreensão do sentido de raça e ser negro no país para compreender como esse aspecto se faz fundamental, pois reverberará nas vivências de diversas situações do indivíduo negro no Brasil incluindo necessariamente o processo de enlutar-se.

Por fim a pesquisa buscou conjugar todos esses temas e definições trazendo exemplos da vida real para melhor ilustrar uma parcela de vivências de lutos não reconhecidos por

peessoas negras no Brasil e a pertinência de se olhar para o elemento raça, na percepção e contextualização da vivência do luto para pessoas negras que vivem no Brasil.

## **O LUTO E O LUTO NÃO RECONHECIDO**

Inicialmente é importante situar como ao longo do tempo foi se consolidando os estudos sobre o luto pela ótica de diferentes autores que trouxeram suas contribuições e perspectivas acerca do tema. Parkes (1998), nos traz a definição de que o luto é uma reação a perda de uma pessoa amada e que se trata não somente de um apanhado de reações a essa perda, mas sim a um processo.

Maria Helena Pereira Franco, em seu livro “O luto no século 21- uma compreensão abrangente do fenômeno” (2021), nos localiza sobre o desenvolvimento desses estudos ao longo das décadas, trazendo as perspectivas históricas sobre este tema. Franco (2021) define o luto como um fenômeno natural a um rompimento de um determinado vínculo existente, sendo o luto um processo dinâmico que demanda movimentos. A mesma autora fala da estrutura complexa e diversa do luto, que este é individual, coletivo, público, comunitário e grupal. Ela pontua também as dimensões que o luto perpassa como identidade social, espiritualidade, e reflexos na saúde, cognição, comportamento.

Fukumitsu (2012) refere a singularidade do indivíduo na vivência de suas perdas, compreendendo que este processo engloba uma cadeia de sentimentos, pensamentos e reações, entendendo que vivemos essas experiências de perda de forma única e assim atribuímos nosso significado de forma individual onde nossa forma de ser-no-mundo influenciará nas vivências de perdas em nossos processos.

Assim entendemos que o processo do luto fala deste ponto central, sobre uma ruptura significativa, que irá mobilizar cada pessoa de forma particular e que essa vivência será imbuída de significados e ressignificações próprias.

O luto é um processo que se dá pelas perdas por morte ou por outras questões que desencadeiem processos de luto, como rompimentos de vínculos e outras perdas que ocorrem durante a vida, como rompimento de relações, perdas de empregos, adoecimento e outros diversos processos que fazem parte do desenvolvimento humano. Casellato

(2005) fala ainda sobre perda de status, de país de bens materiais, perda de uma parte do corpo.

O conceito do luto não reconhecido (*disenfranchised grief*) é termo cunhado por Kenneth Doka (1999) que tem como tradução direta *luto desprivilegiado*, adaptado ao português como luto não reconhecido.

O luto não reconhecido é aquele onde ocorre a não aceitação social, ou seja, a sociedade não legitima, não há validação social. O luto não reconhecido, fala de ruptura nas “regras” do luto, que podem não ser correspondidas socialmente. Isto pode acontecer nas respectivas situações: quando não há aceitação e reconhecimento da relação (entre a pessoa perdida e o enlutado), a forma de enlutar-se não é validada, a perda não é reconhecida, a morte (forma de morrer) não é assentida, e por fim quando o enlutado não é acolhido como tal, Doka (1999).

Exemplificando estes aspectos podemos falar um pouco mais sobre essas perdas não reconhecidas e seus tópicos, primeiramente, sobre a relação não ser reconhecida. Pode acontecer quando o a relação existente entre o enlutado e a pessoa perdida não é legitimada, como o luto de amigos, de pessoas do convívio direto como vizinhos, colegas de trabalho, morte de animais de estimação dentre outras situações em que há uma descrença do vínculo ou até mesmo uma crença de hierarquização entre os afetos, como se tais relações não fossem suficientemente passíveis de causarem ao enlutado as vivências contidas em uma perda significativa.

O aspecto seguinte é quando a perda não é reconhecida. Pensamos nas inúmeras perdas que acometem os indivíduos e não somente as mortes. Casellato (2005) fala do luto pela perda de um status, emprego, país, parte do corpo dentre outras, que são perdas que não se restringem a morte concreta, e podem não ser devidamente reconhecidas como tal.

Quando a morte não é reconhecida, podemos pensar em situações tal como suicídios que são mortes que carregam ainda o peso de tabus sociais. Pensando sobre as mortes de pessoas em vulnerabilidade social, muitas vezes essas perdas não são legitimadas. Norbert Elias (2001) em seu livro “A solidão dos moribundos” fala de como em nossas sociedades modernas o valor e sentido da existência de alguém pode ser nulo, exemplificando pessoas em extrema vulnerabilidade social.

Quando o enlutado não é reconhecido como uma pessoa passível de sentir ou perceber o luto, como acontece muitas vezes em relação às crianças, pessoas idosas, pessoas com transtornos psiquiátricos. Um dos pontos pode ser a insegurança pelo desconhecimento social das pessoas em não saberem como lidar com as formas de compreensão e expressão do luto que diferentes pessoas em diferentes estágios de vida com diferentes questões cognitivas e emocionais podem lidar com as informações.

Por fim quando a forma de se enlutar, ou seja, de expressar nesta vivencia não é reconhecida. Cada indivíduo irá esboçar diferentes e individuais reações a uma perda, e quando não se segue as regras previamente estabelecidas socialmente. Por exemplo, atrela-se que o choro é a única expressão legítima de dor e sofrimento, quando não se observa tais emoções de uma pessoa enlutada, pode ocorrer essa não validação da forma de se viver o pesar. Norbert nos conta por exemplo que “No século XVII, os homens podiam chorar em público; isto hoje tornou-se difícil e pouco frequente. Só as mulheres ainda são capazes, socialmente livres para fazê-lo [...]” (NORBERT,2001, p.35).

Attig (2004) pontua sobre a negação do luto extrapolar os aspectos de não reconhecimento, da não autorização. Ele frisa que o direito a se enlutar é algo que deveria ser compreendido como um direito básico de todo humano, negar isso seria ferir o direito e a dignidade humana. Negar o luto seria negar aos direitos humanos. O autor sinaliza que o luto não reconhecido é uma questão de falha social para além da falha na empatia. Ele fala que não reconhecer o luto é uma falha ética política que engloba poder e negligência no que tange o sofrimento dos enlutados.

Attig (2004) ressalva o uso do poder na hierarquia das relações e como o abuso deste poder pode influenciar negativamente na vivência do luto dos indivíduos. Piazza et al (2015), falam que o processo do luto ocorre em níveis intrapessoal e interpessoal. Pela perspectiva intrapessoal o luto é vivido de forma privada, interna, no reestabelecimento do sentido (sentido individual) e já na esfera interpessoal do processo do luto, ele é vivenciado a partir do ambiente social, com o engajamento dos pares no suporte desta redefinição da vida após a perda significativa. Ou seja, o reconhecimento, validação e suporte interno e externo, é uma etapa importante no processamento da vivência do luto. Assim podemos pensar na correlação com a não validação desses lutos de forma interna e externa, de forma pessoal e coletiva a partir de uma estrutura de hierarquia social existente.

Corroborando com os aspectos levantados nos parágrafos acima, sobre a quebra das regras sociais do luto, Keneth Doka (2022), em sua videoaula sobre o luto não reconhecido nos convida a compreendermos e adaptarmos ao nosso contexto no Brasil, pois os conceitos e ideias nos quais ele traz sobre baseiam-se na realidade Norte Americana,, de sua cultura e sociedade.

Franco (2021) afirma sobre a cultura ser um sistema vivo e que se modifica. Ela fala da cultura biológica, cultura de família, cultura de escolha e da cultura experiencial. A cultura biológica fala da ancestralidade, dos genes, do material genético carregando algo que não pode ser modificado. A cultura de família traz as tradições do contexto familiar, de onde a pessoa pertence, da relação geográfica, que é algo que pode ser alterado ao longo da vida. Cultura de escolha fala sobre nossa identidade, aos grupos que pertencemos que são elementos que também podem ser modificados em nossa trajetória de vida e por fim, a cultura experiencial que fala de vivências que não podem ser escolhidas e alteradas, mas são experimentadas pelos indivíduos.

## **RAÇA NO BRASIL**

Para embasar a compreensão deste trabalho precisamos entender o conceito de raça e seu contexto no Brasil, Almeida (2021) aponta que a etimologia do termo raça sempre esteve presente nas classificações entre plantas e animais e só a partir de meados do século XVI, a raça começa ser compreendida na classificação de seres humanos. O mesmo autor também traz um aspecto importante na percepção e entendimento sobre a raça, que este conceito é algo dinâmico, mutável e que se constrói a partir de uma conceituação relacional e histórica e que a raça é um conceito que se relaciona com conflito, decisão e poder.

Gomes (2021) cita que a raça como uma diferenciação da cor da pele foi atribuída pela primeira vez em 1684 pelo físico francês François Bernier. Entramos aqui no entendimento do que é o racismo científico, do século XIX onde Carneiro (2011) nos fala sobre esta concepção de divisão de pessoas sob o aspecto da diferença racial embasada por uma suposta cientificidade conferindo sobre elas uma hierarquia, sendo isso raiz para desigualdades raciais e sociais.

Citando Almeida (2021) temos um ponto relevante na captação desta dinâmica pois compreendemos:

“Do ponto de vista intelectual, o Iluminismo constituiu as ferramentas que tornariam possível a comparação e, posteriormente a classificação dos mais diferentes grupos humanos com base nas características físicas e culturais” (p 26).

Essa diferenciação de indivíduos que leva em conta as características físicas e culturais foi algo criado a partir de uma lógica de poder entre as relações naquele momento histórico. O Iluminismo corroborou com os pensamentos da época em relação a crença da existência de uma superioridade entre as raças. Ainda sobre o racismo científico, esta crença que diferenciava as pessoas por suas características físicas, Santos (2022) fala sobre o grupo de cientistas da época que se respaldavam de uma metodologia científica enviesada para sustentar essa concepção da desigualdade entre as raças, sendo esta uma forma de manutenção desses lugares de poder através do pseudo saber científico.

O entendimento sobre raça, do século XVI é algo que se mantém nos dias de hoje, porém com outro viés. Compreende-se raça não mais pela ótica científica, mas sim pelo entendimento complexo das relações humanas e sociais, considerando as características intelectuais e morais de grupos específicos, atribuindo a estas características físicas e biológicas uma compreensão social sobre a raça, é o que nos aponta Gomes (2021).

Ainda de acordo com o autor supracitado (2021), a cor da pele no país, é um critério de diferenciação entre as raças e que elas podem variar entre aparências e tonalidades, contudo essa classificação e identificação é realizada oficialmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que identifica raça e cor a partir da autodeclaração, ou seja, o sujeito que é entrevistado é quem pode se autodeclarar de acordo com as seguintes classificações: branca, preta, amarela, parda e indígena. O autor aponta para o fracionamento da identidade da população negra do país e que a construção da categoria negro como a junção de pessoas pretas e pardas no Brasil. Nasce assim de uma movimentação da militância negra política após ampla produção acadêmica sobre o tema da desigualdade racial, e que a partir desta crítica, há essa construção de identidade afro-brasileira (Gomes, 2021).

Sobre a compreensão de raça no Brasil, se faz necessário retomar o entendimento de que no país a leitura racial se dá a partir da a partir dos fenótipos. Gomes (2021) cita:

“No preconceito racial de marca, por outro lado, a origem não importa, apenas quantos traços ou marcas do fenótipo do grupo discriminado são portados pela vítima potencial. O indivíduo que

carrega os traços do grupo discriminado constitui inferioridade e faz com que os sujeitos ao preconceito sejam sistematicamente preteridos em relação aos demais (p. 99).”

Entendemos assim que a leitura social que será feita sobre o indivíduo e sua raça reverberará na percepção de valor da sua existência no mundo.

É fundamental compreender a construção racial do país e que a construção social perpassa por esse campo. O entendimento sobre classes sociais e a forma que historicamente, economicamente, culturalmente e socialmente a população negra é compreendida no Brasil nos traz uma compreensão mais límpida sobre as estruturas da dinâmica social dos indivíduos e como a raça será um marcador determinante nessa construção de identidade e subjetividade.

No livro Lugar de Negro, Gonzales e Hasenbalg (2022) falam sobre a raça ser um critério de fundamental importância para a compreensão dos lugares hierárquicos estruturais da nossa realidade. Eles apontam “[...] a raça se relaciona fundamentalmente a um dos aspectos da reprodução das classes sociais, isto é, a distribuição dos indivíduos nas posições da estrutura de classes e dimensões distributivas da estratificação social” (p.112).

Não há como desassociarmos o entendimento e o olhar para quadrantes sociais sem olharmos pela lente da raça. Quando olhamos para vulnerabilidades sociais e contextos de apartamento social, precisamos incluir a dinâmica de hierarquia racial existente no Brasil, fruto de uma construção histórica que perdura da escravidão, porém de uma forma reconfigurada.

O racismo estruturante do país se desenha como elemento fundamental para figurarmos e compreendermos a dinâmica das relações que se desenvolvem no Brasil, em seus múltiplos contextos, onde todos estarão permeabilizados com o verniz do racismo.

No livro “Nem preto nem branco, muito pelo contrário”, a autora escreve: “[...] estamos diante de um tipo particular de racismo, um racismo silencioso e que se esconde por trás de uma suposta garantia da universalidade e da igualdade das leis, e que lança para o terreno do privado o jogo da discriminação” (SCHWARCZ, 2012, p. 32).

Como Schwarcz (2012) diz, a questão do racismo do Brasil é compreendida como algo da esfera do individual, do pessoal, onde as pessoas conseguem reconhecê-lo, identificá-lo na sociedade, mas não se identificam com agentes perpetuadores do racismo estrutural que compõe esse movimento de diferenciação. Identificam a existência do racismo, mas não conseguem se identificar como agentes de discriminação.

A raça e os desdobramentos do racismo são pontos que vem tomando mais visibilidade e atenção no âmbito do olhar para a saúde mental da população negra brasileira, tendo em vista que viver de uma forma sistemática o racismo é um fator que implica na saúde mental dos indivíduos. “O racismo exerce um forte impacto negativo nas condições de saúde da população negra, sendo um fator determinante para os modos de nascer, de viver e, até mesmo, de morrer.” (BARBOSA et al, 2021, p.53).

## **LUTO NÃO RECONHECIDO POR MORTES E RAÇA NO BRASIL**

Maria Helena Pereira Franco, em seu mais recente livro, “O luto no século 21- uma compreensão abrangente do fenômeno” traz um tópico denominado “*Existe um luto brasileiro?*” no qual a autora nos provoca a pensarmos o luto sob a amálgama da nossa construção histórica, social e territorial, pensar no luto com as nuances de nossa formação no coletivo, de nossa estrutura como povo. Franco (2021), fala da formação de nossa identidade brasileira, da mistura de povos, povos esses que foram colonizadores e colonizados. A reflexão a partir desses pontos no quanto a formação deste país tem relevância na identidade dos que constituem essa nação e o quanto é preciso olhar para identidade, cultura e contexto ao se trabalhar com o luto e os reflexos desses processos nas vivências e marcas de uma sociedade que se reflete até hoje.

“Evidentemente a maneira que cada um desses povos entender a morte e os rituais a ela associados, bem como os significados do luto, já exigia uma flexibilidade, no mínimo, sociológica, mas também teológica. Paralelamente a isso, os esforços de colonização não se faziam valer apenas pela imposição da força econômica, mas sobretudo, pela diferença social. Essa conjugação se mostra presente ainda no Brasil do século 21 (FRANCO, 2021, p.17)”.

Gabriela Casellato, em seu livro “Dor silenciosa ou dor silenciada” publicado em 2005, fala da dificuldade principalmente no âmbito acadêmico em encontrar materiais e estudos na temática do luto não reconhecido. Passados quase 20 anos desta publicação, sabe-se que a temática luto por si só ainda enfrenta barreiras, apesar de ser um tópico que vem ampliando dia a dia sua discussão e quebrando os tabus e desmistificações. Pensar no tema de lutos não reconhecidos e raça é entrar em um aspecto pouquíssimo explorado, vide a busca para a formulação do presente trabalho onde escassas fontes foram encontradas articulando essas questões norteadoras sobre luto não reconhecido e raça.

Judith Butler em seu livro “Vida Precária: os poderes do luto e da violência” (2020), explora e amplia a compreensão sobre a dimensão política do luto. A autora levanta a reflexão sobre certas vidas em suas vulnerabilidades (onde umas são mais vulneráveis que outras) e acabam por suscitar mais luto do que outras. Butler (2020) traz seu questionamento acerca da relação entre o luto e a vulnerabilidade social dos corpos, quando ela questiona sobre a universalidade humana, pensamos na perspectiva de existir uma democracia racial instaurada no país, onde se tenta convencer da existência de uma equidade racial pela perspectiva social. A autora pergunta, “o que concede uma vida ser passível de luto? (BUTLER, 2020,p.40), nos provocando a olharmos para a dimensão social da violência no processo de enlutar-se. Butler (2020) enfatiza a perspectiva política dos corpos, inseridos em diversos contextos nos levando a pensar também sobre o significado da morte desses corpos, o convite a pensar nossa mortalidade dentro de um contexto social e político.

De acordo com o Atlas da Violência de 2021, documento elaborado pelo Governo Federal através Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), podemos destacar as seguintes conclusões em relação a óbitos por violência no Brasil. De acordo com o Atlas:

“Em 2019, os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29,2. Comparativamente, entre os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. (IPEA,2021, p 49)”

Entendemos então a partir dos dados apresentados que as chances de pessoas negras no país serem vítimas de homicídios, são 162% maior do que pessoas não negras serem alvos dessas mortes violentas. O estudo acrescenta ainda a porcentagem de mulheres negras serem violentamente assassinadas representam 66% no montante geral de mulheres que são mortas no país (IPEA,2021).

Pensar em corpos negros no Brasil e a vulnerabilidade social desses corpos, que estatisticamente dizima em maior parcela esta população faz questionar o reconhecimento e validação dos processos de lutos decorrentes de tantas vidas perdidas. Butler (2020) fala sobre a hierarquia do luto apontando que se não consideramos o simples dado de determinado grupo social existir, não alcançaremos a percepção da finitude desses indivíduos, tendo em vista que sua existência já não é reconhecida. Suas não existências,

não são percebidas. A partir desse entendimento, podemos retomar a compreensão sobre os lutos não reconhecidos e a um dos fatores de não reconhecimento, onde a pessoa perdida não é reconhecida, esta perda não é validada.

A negação da existência leva a negação da não existência. Judith Butler (2020) fala ainda sobre a precariedade das vidas e como isso implica no senso de vidas que são aspiradoras de cuidado ou não, em seu livro “Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?” a autora fala sobre esses enquadramentos sociais, onde sujeitos são emoldurados, socialmente como vidas passíveis de reconhecimento e assim de valor e vidas que não são.

“Afirmar que uma vida pode ser lesada, por exemplo, ou que pode ser perdida, destruída ou sistematicamente negligenciada até a morte é sublinhar não somente a finitude de uma vida [o fato que a morte é certa], mas também sua precariedade [porque a vida requer que várias condições sociais e econômicas sejam atendidas para ser mantida como uma vida] (BUTLER, 2020, p.31)”

Voltamos a olhar assim para a precarização das vidas de pessoas negras no Brasil em relação a todo o processo social e histórico da colonização e escravização, as sequelas desse período que reverberam até os dias atuais nas condições de manutenção da qualidade de vida e acesso a recursos básicos de boa parte da população brasileira.

A desigualdade social é atrelada no Brasil a desigualdade racial, onde os indivíduos são colocados à margem da sociedade, sendo privados pela estrutura econômica e social do país a recursos básicos como saúde, educação, saneamento básico, segurança, cultura, lazer e até mesmo alimentação. O direito ao pesar também é um direito negado a esta população.

Em uma matéria do blog Morte sem Tabu, do jornal Folha de São Paulo, discutiu-se as ações policiais que ocorreram no Jacarezinho, zona norte do Rio de Janeiro, onde no dia 6 de maio de 2021. A ação culminou na morte de 25 pessoas registradas de forma oficial. Nesta reportagem os moradores do local trazem suas perspectivas deste dia de tamanha violência.

A reportagem traz trechos como “A imagem que vai marcar essa quinta-feira é a das paredes e piso de salas, cozinhas e escadas respingado sangue. Não só uma, mas muitas delas, escancarando uma realidade que mata de muitas formas as favelas” (MOREIRA,2021). Percebemos que a violência dessas ações policiais deixa não só marcas psicológicas, mas também rastros físicos e palpáveis como sangue e destruição

que invadem deliberadamente através de buracos de projétil. A frágil proteção das paredes das casas, tão frágeis quanto a proteção social desses indivíduos.

Na sequência a mesma reportagem destaca a fala de uma mulher que relata:

“Uma delas é uma senhora negra, que pede para não mostrar o rosto. Sua voz narra o inenarrável, a dor e indignação de uma mãe querendo informações sobre o corpo de um filho: ‘Eles apontaram a arma para mim de fuzil no meu rosto dizendo que eu tinha que morrer, só porque eu fui falar com eles, fui perguntar onde o corpo do meu filho estava. Meu filho morreu hoje, eles chegaram atirando. Eles são umas pestes’.” (MOREIRA, 2021).

Neste trecho do artigo do blog, podemos observar através da fala desta mãe enlutada pela morte do seu filho, como se percebeu em uma situação em que não teve sua busca, sua fala e seu luto acolhido e olhado. Ao contrário disso, se viu em meio a mais uma ação violenta.

Desde o percurso da história dos africanos que foram escravizados na América, compreendemos que as pessoas foram desumanizadas, arrancadas de suas existências para serem compreendidas e vendidas como animais ou objetos. Toda a gama das emoções e sentimentos que esses indivíduos sentiam foram desautorizados.

Bell Hooks (2022), nos fala sobre esse projeto desumanizante, com o objetivo de tornar uma pessoa livre a um indivíduo desprovido de toda sua humanidade, ela nos conta que:

“Eram cruciais, no preparo das pessoas africanas para o mercado de escravos, a destruição da dignidade humana, a eliminação de nomes e status, a dispersão de grupos, para não haver uma língua em comum, e retirada de qualquer sinal evidente de herança africana. Os métodos que escravizadores usavam para desumanizar mulheres e homens africanos eram diversas torturas e variados castigos. Um escravizado poderia ser severamente espancado por cantar uma música triste”. (p.43)

Nessa passagem do livro de Hooks (2022), podemos observar como a história dos africanos escravizados fora construída, ainda que a autora traga da sua perspectiva norte americana. Sabemos que aqui no Brasil essa colonização seguiu com esses mesmos contornos de aviltamento da condição de vida de tantos seres humanos de forma deliberada e normalizada. Sabemos ainda das marcas profundamente forjadas que continuam presentes em nosso povo, não só em um passado distante (nem tão distante

assim, tendo em vista que o Brasil foi o último país das Américas a abolir o regime escravocrata).

Além de todo o sofrimento e violência vivenciado pelas, as pessoas escravizadas eram obrigadas a suprimir suas emoções como no trecho de Hook, acima.

Tavares (2021), também aponta para essa dinâmica penosa, onde as pessoas eram privadas de demonstrarem sofrimento e como isso reverbera ainda hoje, na supressão do pesar.

Tavares (2021) fala sobre a interdição do luto a população negra neste contexto social, olhando para o racismo estrutural no qual nossa sociedade está fundamentada e evidencia um ponto de extrema relevância que podemos correlacionar com os trechos captados do blog:

“[...] para a população negra, a interdição do luto não se deve à falta de contato com a morte. Ao contrário, é a hipereposição continuada às mortes (violentas, múltiplas, em curtos períodos), associada ao risco de perder a própria vida e de outros no confronto com agentes de segurança do Estado, somada à negação do racismo como elemento estruturante da sociedade brasileira, que impossibilita a expressão dos nossos lutos. Os riscos e a impossibilidade das reações às perdas exigem um cálculo, muitas vezes não racional, sobre sobreviver à dor, silenciando-a, ou chorar e honrar nossos mortos” (p. 67)

A raça no Brasil e a leitura que se faz dela no país, é um elemento da subjetividade individual e coletiva que irá reverberar na vivência do luto, no seu não reconhecimento. A estrutura social racista do país em toda sua gênese, perpetua-se até hoje, onde as vidas negras não são tomadas de relevância e dignidade, suas perdas não são lidas como perdas através de uma estrutura social racista.

A partir destes apanhados teóricos, o objetivo principal desta presente pesquisa foi discutir sobre lutos não reconhecidos por morte pela perspectiva racial de indivíduos negros no Brasil. Como objetivos específicos deste trabalho, buscou-se identificar processos de não reconhecimento de lutos vividos por pessoas negras no Brasil e integrar o olhar para a raça nesses processos vivenciados por essa população.

## **MÉTODO**

O delineamento para a elaboração da presente pesquisa se desenvolveu a partir da metodologia qualitativa em uma revisão integrativa de literatura. A pesquisa de natureza qualitativa tem como objetivo compreender os fenômenos estudados sob uma perspectiva de observação, compreensão, interpretação dos objetos estudados de uma forma não numérica e estatística. Segundo Michel, “na pesquisa qualitativa, a verdade não se comprova numérica ou estatisticamente, mas convence na forma da experimentação empírica, a partir de análise feita de forma detalhada, abrangente, consistente e coerente”. (MICHAEL,2005, p. 33)

Ainda de acordo com o autor citado acima, “na pesquisa qualitativa o pesquisador participa, compreende e interpreta” (MICHAEL,2005, p.33). A pesquisa de caráter quantitativo tem como viés uma proposição de elaborar as respostas de maneira interpretativista. De acordo com Gil (2017), “[...]o enfoque interpretativista, o mundo e a sociedade devem ser entendidos segundo a perspectiva daqueles que o vivenciam, o que implica considerar que o objeto de pesquisa é compreendido como sendo construído socialmente”. (p. 41)

Sendo assim, compreende-se que este método de pesquisa foi o que melhor atendeu as perspectivas do trabalho considerando as temáticas de lutos não reconhecidos e a construção de raça no Brasil, pois fez-se necessário um entendimento integral destes fenômenos.

A revisão integrativa de literatura, de acordo com Mendes Et al (2008) é um método de pesquisa que visa dentre seus objetivos a implementação de evidências encontradas na prática clínica. Esse tipo de pesquisa proporciona segundo as autoras supracitadas “[...]reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre um delimitado tema ou questão, de maneira sistemática e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento do tema investigado”. (MENDES Et al, 2008, p.759)

Na revisão integrativa de literatura, a pesquisa se desenvolve em fases, assim como foi desenvolvido nessa pesquisa, que são: 1ª fase: elaboração da pergunta norteadora que apresentou-se como o objetivo desta pesquisa, 2ª fase: busca ou amostragem na literatura, 3ª fase: coleta de dados, 4ª fase: análise crítica dos estudos incluídos, 5ª fase: discussão dos resultados e por fim a 6ª fase: apresentação da revisão integrativa (TAVARES et all,2010).

A coleta de dados foi iniciada através da pesquisa nas plataformas de dados Scielo, Google Academics e Publimed, com os descritores em conjunto: luto e raça; luto e

população negra; luto e racismo; luto não reconhecido e raça; african americans and grief ,race, grief and black people; disenfranchised grief and race; disenfranchised grief and black people; disenfranchised grief and racism; mourning and race; mourning and black people; racism and mourning; racism and grief, bereavement and african americans. A pesquisa foi realizada ao longo do ano de 2022, entre os meses de setembro a novembro.

Foram encontrados 7 artigos, com os seguintes descritores: African Americans e grief (3), African Americans e Bereavement (1), Disenfranchised Grief e Racism (1), Racismo e Luto (1) e Negras e Luto (1).

Devido à escassez de trabalhos e materiais que conjugassem a temática de luto, raça e luto não reconhecido e raça e especificamente sobre o contexto brasileiro, foram incluídos materiais cujos temas raça, luto, fossem contemplados não só a partir dos descritores, mas também no corpo dos textos dos trabalhos encontrados. A pesquisa foi ampliada para fontes livros, artigos científicos e documentos oficiais.

## **ANÁLISE E CORRELAÇÃO DE DADOS**

Dou início este tópico do trabalho com o trecho de um livro chamado “O Averso da Pele”, do autor Jeferson Tenório, livro ganhador do prêmio Jabuti de 2021 na categoria romance literário, onde se diz:

“Eu sei que os negros são os que mais morrem por arma de fogo. Vemos isso a todo momento na tv, mas a gente nunca acha que isso vai acontecer com a gente. Você assiste àquelas reportagens com os parentes das vítimas, pessoas negras em bairros periféricos, chorando, reclamando da violência, do descaso das autoridades, e a gente fica triste e solta um que-merda-quando-isso-vai-acabar, e volta a comer seu prato de arroz com feijão. Então, de uma hora para outra, assim, sem mais nem menos, é a sua vez de chorar um morto. é a sua vez de conhecer a dor da perda.”  
(TENÓRIO,2020, p.186)

Este trecho do romance de Tenório ilustra de forma muito crua e direta os sentimentos que perpassam os indivíduos negros no Brasil, ao serem expostos diariamente a uma gama de violências de todas as ordens em decorrência de seu tom de pele representar uma ameaça, um risco, ao mesmo tempo colocando esses indivíduos em um lugar de vulnerabilidade e exclusão social.

Como descrito anteriormente–no Brasil, os números dos dados por morte violentam apontam que nas últimas décadas houve uma redução de homicídios concentrada majoritariamente na população não negra do país, mantendo os números de homicídios mais concentrados percentualmente na população negra do Brasil (IPEA, 2021). Ainda de acordo com o Atlas da Violência, as análises de dados, observando cada região do país, apontam que uma pessoa negra possui mais chances de ser morta do que uma pessoa que não é negra exceto nos estados do Paraná e Roraima, onde a taxa desses homicídios abarca maior parcela de pessoas não declaradas negras (IPEA, 2021).

Butler (2020) fala da vulnerabilidade social de corpos e a quais são passíveis de luto. Ora se pensarmos nas situações de vulnerabilidade social, de violência e pensarmos nos lutos que essas condições suscitam, estamos falando de uma parcela da população que é identificada através dos documentos oficiais de levantamentos demográficos majoritariamente corpos negros, pois esta é a maior parcela populacional no Brasil, segundo o IBGE (2021).

Cabe então pensar sobre os lutos desta parcela da população, afunilando para lutos ocasionados por mortes. Pensando a vasta gama de perdas diárias das pessoas negras no Brasil desde a construção desse país, onde os africanos foram escravizados, arrastados, despersonalizados como indivíduos, perderam sua dignidade e o reconhecimento de serem humanos para se tornarem mercadorias, arrancados de suas terras, famílias, lugares, pertença, arrancados da sua condição humana, foram trazidos em navios em condições que nem mesmo para animais seriam adequadas.

Theodoro (2021) fala sobre a violência deste momento na história do povo negro no país e conta sobre os navios, conhecidos como “Tumbeiros”, dado a quantidade de mortes que ocorriam durante o trajeto, ocasionando que tubarões seguissem o rastro da embarcação, o mesmo autor fala sobre as perdas humanas na época da colonização que eram tidas como parte do negócio do tráfico, resultando em milhões de mortes.

Essas mortes não foram reconhecidas, essas mortes não estão catalogadas, essas vidas perdidas entre oceanos, ficaram no apagamento da história dos africanos escravizados pelos colonizadores. Pensar nesse histórico de perdas não reconhecidas e em como isso reverbera na história, na formação de uma identidade, de um povo, que teve em suas raízes o apagamento.

Franco (2021) fala sobre os mediadores de significado que são: cultura, sociedade, religião e espiritualidade, afirmando que esses fatores precisarão ser olhados pela perspectiva de quem vive o luto para absorvermos o entendimento do que é o luto para cada indivíduo sob esses vieses. Para compreendermos o significado da morte de uma pessoa necessitamos olhar para esses pontos que trazem a leitura de quem era essa pessoa no mundo e quem são os enlutados no mundo. Pensando por esse prisma, podemos compreender raça como um aspecto que é englobado pela cultura, sociedade, religião e espiritualidade.

Retornando aos pontos norteadores da compreensão sobre lutos não reconhecidos e sobre a vivência da racialização no Brasil, podemos traçar paralelos entre os lutos não legitimados e as vivências não legitimadas de dor e perda da população negra brasileira em diferentes âmbitos, contudo, o foco será nas perdas por mortes e no olhar para lutos decorrentes de mortes onde ocorrem o não reconhecimento seja do enlutado, da pessoa perdida, da relação, da morte ou da maneira de viver o luto.

O livro “Processos Psicológicos do Luto: Teoria e Prática”, traz o texto de Kenneth Doka (2022) falando sobre como se dá o não reconhecimento dos lutos. O autor menciona algumas razões que podem ser atribuídas à identificação de lutos, como por exemplo o reconhecer quem é da família e quem não é e questões sociais e culturais, o autor indaga sobre afinal, quais tipos de perdas não são reconhecidas então ele traz sobre o relacionamento que não é reconhecido, a perda que não é reconhecida, o enlutado que não é reconhecido, a circunstância da morte que não é reconhecida e a forma que o sujeito sofre essa perda que pode não ser reconhecida.

Esses fatores de não reconhecimento de lutos podem ser vividos individualmente, ou em conjunto como por exemplo uma pessoa que perde um colega de trabalho e por não ter um vínculo familiar não é reconhecida como enlutada e essa morte ocorre por um suicídio que não é identificado como uma morte auto infligida.

Em um livro intitulado “Não ele não está”, a jornalista Maíra de Deus Brito (2018) apresenta sua pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania onde ela aborda o extermínio da população jovem e negra através de uma escuta de mães de dois jovens negros que morreram assassinados no estado do Rio de Janeiro. Maíra abre espaço através e sua pesquisa para ouvir essas duas mães sobre a

perda de seus filhos de forma violenta, sendo atenta aos aspectos sociais e raciais atrelado a essas mortes e lutos.

Brito (2018) destaca a fala de uma das mães, uma mulher negra, sobre o seu luto pela perda de um filho: homem e negro que havia desaparecido e depois fora encontrado assassinado. Ela compara sua percepção em relação a sua perda, como ela é vista e legitimada socialmente em relação a perda de outra mãe. Compara a sua perda com uma atriz que naquele mesmo período havia perdido seu filho, também um rapaz, porém branco em decorrência de um acidente em um túnel no Rio de Janeiro. A mãe traz a seguinte fala para ilustrar suas percepções e sentimentos sobre a repercussão midiática que teve a morte do filho da atriz que era uma mulher branca e famosa e sobre a sua perda por ser uma mulher anônima e preta, compartilhando:

“Olha a repercussão que teve a morte do filho da Cissa Guimarães: o Brasil parou! Meu filho também morreu assassinado e ficou por isso mesmo. Ele foi enterrado como indigente. A dor da Cissa é diferente da minha? Não é. O valor que se deu ao acontecimento é um absurdo. Mas é sempre assim, a mídia sempre vai focar nos interesses dela...Uma atriz, global. Eu fiquei com muita raiva porque o mundo não ligava para a minha dor. Eu tive que continuar lutando, trabalhando e chorando sozinha (BRITO, 2018, p.56)”

O trecho do livro da jornalista Maíra, com o depoimento desta mãe, ilustra a perspectiva de um não reconhecimento de um luto de uma mãe, que sente que não é acolhida devidamente por sua perda. Uma mulher negra que perde seu filho, um jovem negro e exprime em comparações suas percepções, sentimentos que lhe surgem a partir de sua vivência, um não reconhecimento social e sua dor.

Outro exemplo de lutos não reconhecidos a partir da linha de raciocínio e entendimento traçados por Butler (2020) onde há vidas que são passíveis de luto e outras que se quer são reconhecidas como vidas, logo estas não poderiam ser acolhidas no luto, pois sua existência por si só não é reconhecida. Logo sua não existência, seu desligamento (condicionante para um processo de luto) não seria assimilado é em relação a pandemia da COVID-19 (hoje considerada uma sindemia, com números diários de contaminação e morte).

Podemos observar nas mais diferentes esferas do desdobramento da pandemia, como a população mais vulnerável (em sua maioria racial, a população negra) sofreu com os

desdobramentos do adoecimento e morte de formas distintas, ainda que em uma vivência coletiva, mundial, as vivências para grupos de pessoas foram diferentes

“Os desdobramentos da pandemia da Covid-19 numa sociedade estruturada pelo racismo penalizam grupos vulneráveis, especialmente entre pessoas negras, está diretamente relacionado à policrise sanitária, social, política, econômica, moral, crise na globalização e os fluxos migratórios etc. Essa conjuntura influencia e direciona as decisões políticas e a elaboração de estratégias de proteção social, como políticas públicas na área social e da saúde. (SANTOS Et al,2020, p.230)”

A crise sanitária da COVID-19 expôs as diferenças sociais do viver, do adoecer e do morrer. Em uma emergência global onde medidas de higiene e isolamento físico eram sinônimos de cuidado, pensar em diversas camadas da população onde a falta de saneamento básico é de fato uma ausência básica e que o isolamento físico, em casas de proporções confortáveis (confortáveis o suficiente para se tornarem ambientes de estudo e trabalho), trata de uma realidade que não é absoluta.

Pensando na relação a vivência do luto e as condições socioeconômicas e raciais e observando a carência de políticas públicas que deveriam ser suporte para esses indivíduos como por exemplo dignidade e segurança, retomamos a reportagem realizada pela Folha de São Paulo, no blog, Morte sem Tabu, onde Moreira (2021) traz a fala de algumas pessoas que viveram a chacina do Jacarezinho no Rio de Janeiro, ocorrida em maio de 2021, onde 25 foram mortas em uma ação policial na localidade.

Percebemos a não autorização das mortes acontecidas, onde em um depoimento, visualizamos a seguinte vivência: “A palavra que resume o dia de hoje é medo. Medo do que aconteceu, medo de denunciar. As pessoas não querem falar. Tiveram pessoas assassinadas dentro de suas próprias casas e não querem falar, não querem ser identificadas[...]” (Moreira, 2021).

Entendemos assim, sob a ótica de compreensão do que seriam lutos não reconhecidos, onde não há o reconhecimento da morte, do morto e do enlutado, como em situações descritas acima que demonstram situações que costumam acontecer em uma ampla frequência em localizações onde as condições socioeconômicas são menos privilegiadas e assistidas e população esta trata-se em sua maioria de pessoas negras, pois compreendendo a dinâmica social e racial do país, através de dados demográficos, a população negra no Brasil em sua maioria é socialmente desassistida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando tudo o que foi levantado no trabalho sobre lutos, luto não reconhecido, raça, raça no Brasil, negritude, racismo e dinâmicas histórico-socioculturais, pensado os conceitos abordados pelos diversos autores sobre vidas passíveis de luto, falha na empatia e não reconhecimento de lutos, dinâmica social no Brasil atravessado pelo marcador da raça, podemos dizer da importância do olhar para a raça como um fator relevante no processo do luto, levando em consideração todo o contexto do Brasil em relação a raça e suas dinâmicas sociais a partir deste marcador.

Ao se pensar a leitura da raça no Brasil sob a perspectiva social do conceito raça como visto ao longo do trabalho e juntamente pensar negritude, compreendendo a leitura social que o país faz de seus indivíduos que são racializados como brancos, pretos e pardos podemos assim dar um contorno, um contexto ao enlutado, olhando para o entorno e para as questões que lhe atravessam concomitantes ao processo de luto.

A presente pesquisa buscou falar sobre um luto não reconhecido pois seus marcadores (relacionamento não reconhecido, perda não reconhecida, enlutado não reconhecido, morte não reconhecida e formas de se enlutar não reconhecida) e também a falha na empatia são elementos presentes nas vivências de pessoas negras no país, pois há uma hierarquia social de poder e valor desde a colonização, presente até hoje das formas mais diversas de violência, através de uma estrutura racista.

Percebemos não só através dos marcadores raciais no Brasil, que vidas negras não são vidas passíveis de luto, como também através dos relatos exemplificados no trabalho. Trata-se de uma realidade que mesmo em pequenos recortes, como os aqui levantados apontam para vivências sistematicamente construídas, na trajetória deste país, a partir de uma compreensão sobre a dignidade humana de pessoas negras no Brasil. Percepção esta que temos que a dignidade humana e o valor da vida de pessoas que são compreendidas como negras no Brasil, é aviltada diariamente através da estrutura de racismo que sustenta todas as nossas interações e relações.

Neimeyer e Milman (2022) falam sobre a perspectiva do luto e da construção de significado que esse processo solicita, que uma perda demanda uma reconstrução de sentidos ao enlutado. Os autores pontuam que esse processo de elaboração de do luto não ocorre em um ambiente vazio e sim em um contexto, o ambiente social no qual o enlutado encontra-se fará diferença neste processo.

Olhando pelo prisma do contexto no qual o enlutado se depara e como isso irá ser parte desta percepção e construção de dar sentido a perda, se olharmos para o entorno que a pessoa negra se esbarra no país, é compreender que este enlutado precisará encontrar significado para esta perda em meio a um contexto racista, que irá atravessar a percepção de quem é a pessoa que morreu e quem é a pessoa que vive essa perda.

Para entender o processo de luto pela morte de uma pessoa significativa, se faz necessária atenção dos mais variados aspectos que são relevantes para a compreensão do impacto desta perda. Um ponto importante se destaca na construção deste trabalho. Quem é a pessoa que morreu? Essa pergunta precisa englobar como racialmente esta pessoa é lida.

Pensar luto não reconhecido é também pensar em quais contextos sociais, culturais e histórico as pessoas irão viver ou serão privadas de viverem seus lutos. Casellato (2020) fala sobre a complexidade de uma sociedade e como isso influenciará nas regras e normas impostas neste contexto, “O luto não reconhecido é um fenômeno psicossocial que tem como desafio a legitimação do sofrimento humano diante de uma perda, independentemente de quando as reações de luto se manifestam, quem as manifesta, como por que e por quem se manifestam” (p. 25).

Tendo em vista todo esse entendimento que o ambiente social no qual o enlutado viverá seu processo de luto fará diferença na construção de significado e conseqüentemente na vivência deste luto, identificarmos que um ambiente que não proporcione acolhimento e reconhecimento dessas perdas será um fator complicador para a vivência deste pesar.

Olhando para o Brasil, que mesmo em toda sua dimensão oferece os mesmos contornos sociais e raciais advindos de sua história e formação colonizadora que perpetua até hoje os caminhos da nossa sociedade, se faz importante contextualizar, legitimar e acolher as pessoas negras enlutadas em um país estruturalmente racista.

Olhar para as dores que atravessam a identidade e a percepção de valor de vidas negras. Elas realmente importam? Em sua finitude, há devida importância e legitimidade em um processo de luto por vidas que foram e continuam sendo relevadas e negligenciadas sistematicamente dia após dia neste país? Entender a raça como um aspecto importante na compreensão da vivência de um luto assim como outros aspectos relevantes é um passo urgente aos que se propõe acolher pessoas enlutadas em sua totalidade.

Compreender a dinâmica social na qual ser uma pessoa negra no Brasil implica nas vivências cotidianas, desde o seu nascer até seu morrer se faz fundamental para se pensar e propor qualquer trabalho de acolhimento ao luto. Contextualizar esse indivíduo a partir de sua subjetividade, individualizar, mas compreender a maneira que esta pessoa é percebida em seu entorno. Levantando um panorama global que se propõe quando olhamos para o fenômeno do luto.

De acordo com a resolução do Conselho Federal de Psicologia Nº018/2002, que norteia o fazer do profissional da psicologia em relação as questões raciais, é dever do profissional da psicologia estar atento e contribuir para reflexões a cerca do racismo e preconceito (2002) . Cabe ao profissional da psicologia não ser um agente propagador do racismo em seu fazer profissional sendo vetado de ser conivente com qualquer ato que contribua para a perpetuação de comportamentos racistas (2002).

Compreendemos várias nuances do trabalho com luto, inúmeros fatores que merecem atenção para contextualizarmos e acolhermos o indivíduo em sua amplitude e subjetividade, sendo assim, é urgente a necessidade que um aspecto tão relevante no nosso contexto não seja olhado como a raça. Não só para estarmos amparados em um fazer profissional ético e cuidadoso, mas também para compreendermos a melhor forma de acolher uma pessoa enlutada.

Cabe nós enquanto profissionais da psicologia, que trabalhamos intimamente com a dor do outro, termos a ampla consciência de que o racismo no Brasil, adoce e mata. Mata e nega o enlutar.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural/ Feminismos Plurais**. (coord.)  
RIBEIRO, D. São Paulo:Jandaíra,2021.

ATTING, Thomas. **Disenfranchised grief revisited: discounting hope and love**.  
OMEGA, Vol. 49(3) 197-215, 2004.

BARBOSA, I.; AIQUOC, K.; SOUZA, T.(org.). **Raça e saúde: múltiplos olhares sobre a saúde da população negra no Brasil**, Natal: EDUFRN, 2021.

BRASIL, LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010. **Estatuto da Igualdade Racial**, Brasília, 2010. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm#art59](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm#art59)> Acessado 10 nov. 2022.

BRITO, Maíra de Deus. **Não ele não está**. 1. ed.-Curitiba: Appris, 2018.

BUTLER, Judith. **Vida Precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo negro, 2011.

CASELLATO, \_\_\_\_\_. **Dor Silenciosa ou dor silenciada? Perdas e lutos não reconhecidos por enlutados e sociedade; 3.ed.** Niterói: PoloBooks, 2015.

CASELLATO, Gabriela. **Luto não reconhecido: o fracasso da empatia nos tempos modernos**. In: CASELLATO, Gabriela. (org). **O Resgate da empatia- suporte psicológico ao luto não reconhecido**. São Paulo: Summus, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP Nº.018/2002**. Brasília: 2002. Disponível : <[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002\\_18.PDF](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF)>Acessado em 10.nov 2022.

DOKA, \_\_\_\_\_. O luto não reconhecido. **One life alive**. Disponível: <[www.onelifealive.org/](http://www.onelifealive.org/)> Acessado em 10 nov. 2022.

DOKA, Kenneth J. **Disenfranchised grief, Bereavement Care**,18:3,37-39, 1999.Disponível em < <https://doi.org/10.1080/02682629908657467>>, acessado em 10 nov. 2022.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos, seguido de envelhecer e morrer**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FRANCO, Maria Helena Pereira. **O luto no século 21: uma compreensão abrangente do fenômeno**. - 1. ed.- São Paulo: Summus, 2021

FUKUMITSU, Karina. **Perdas no desenvolvimento humano: um estudo fenomenológico**. São Paulo: Digital Publish & Print Editora, 2012.

GIL, Antônio. **Como elaborar projetos de pesquisas** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, Gabriel. **Pretos, e pardos, uni-vos. Os Desafias de(o) ser negro no Brasil do século XXI**. Revista desenvolvimento e civilização V. 2 / N° 1 / p.80 -106,2021.

GONZALES, Lélia, HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: 1ªed. Zahar, 2022.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher? :Mulheres negras e feminismo**. 11º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos,2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional Por amostra de Domicílio Contínua**. Disponível em: <<https://acrobat.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:93935501-9817-3669-8598-2c3a578dd9b8>> Acessado 10 nov. 2022.

IPEA. **Atlas da Violência**. Disponível: <[1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf\(Review\) - Adobe cloud storage](#)> Acessado 10 nov. 2022.

MENDES, K D S, et al. **Revisão Integrativa: Método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem**. Texto Contexto Enferm. Out-Dez; 17(4): p. 758-64, Florianópolis, 2008.

MICHEL, M.H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2005.

MOREIRA, Jéssica. **Chacina do Jacarezinho: ‘A gente não merece viver em um cenário de guerra’**. < [Chacina do Jacarezinho: ‘A gente não merece viver em um cenário de guerra’ – Morte Sem Tabu \(uol.com.br\)](#)> - Acessado 10 nov. 2022.

PARKES, Colin. **Luto estudos sobre a perda na vida adulta**. 3º ed São Paulo: Summus, 1998.

PIAZZA-BONIN, et al. **OMEGA—Journal of Death and Dying. Disenfranchised Grief Following African American Homicide Loss: An inductive case Study**. Vol.70(4) p. 404-427, Sage.2015

SANTOS, M.P.A et al. **População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde**. Estudos Avançados 34 (99), 2020. doi: 10.1590/s0103-4014.2020.3499.014

SANTOS, Ynaê. **Racismo brasileiro: uma história da formação do país.** São Paulo: Todavia, 2022.

SCHWARCZ, Lilia. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira.** 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

TAVARES, Jeane. **Expressão do luto na população negra: entre o invisível e o patológico,** in SANTANA, J. (org.) **Saúde das populações negras na América e África.** Salvador: EDUNEB, p. 63-83, 2021.

TENÓRIO, Jeferson. **O Avesso da Pele.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

THEODORO, Mario. **A sociedade desigual: Racismo e branquitude na formação do Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

ZILBERMAN, A.; KROEFF, R.; GAITÁN.J (org.). **O processo psicológico do luto: teoria e prática.** Curitiba: CRV, 2022.